

Comunicação política da extrema-direita nas eleições de 2022

Análise das narrativas de desinformação no Telegram

ANNA BENTES

*Fundação Getúlio Vargas
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil*

ID 2960

Recebido em

31/10/2023

Aceito em

27/11/2023

O objetivo deste artigo é analisar as principais narrativas mobilizadas na comunicação política da extrema-direita no Telegram nas eleições brasileiras de 2022. Considerando o papel estratégico da plataforma no ecossistema de desinformação, realizamos a análise de 80 conteúdos em diferentes formatos que circularam em grupos bolsonaristas no aplicativo de mensageria durante o segundo turno coletados na base do Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake. Identificamos um total de 24 temas nos conteúdos com maior engajamento, sendo a narrativa da fraude eleitoral a principal, aparecendo em 18% do total. Sem políticas eficientes, o Telegram facilitou a difusão dessas narrativas no processo eleitoral.

Palavras-chave: Desinformação. Telegram. Eleições. Comunicação política. Brasil.

Far-Right Political Communication in the 2022 Elections: Analysis of *Disinformation* Narratives on Telegram

The objective of this article is to analyze the main narratives mobilized in the political communication of the far-right political communication on Telegram in the 2022 Brazilian elections. Considering the strategic role of the platform in the *disinformation* ecosystem, we analyzed 80 pieces of content in different formats that circulated in Bolsonaro-supporting groups on the messaging app during the second round from the base of the Telegram Monitor of the “Elections Without Fake” Project. We identified 24 themes in the content with the highest engagement, with the electoral fraud narrative being the primary narrative, appearing in 18% of the total. Without effective policies, Telegram facilitated the spread of these narratives in the electoral process.

Keywords: *Disinformation*. Telegram. Elections. Political communication. Brazil.

Comunicación política de extrema derecha en las elecciones de 2022: análisis de narrativas de desinformación en Telegram

El objetivo de este artículo es analizar las principales narrativas mobilizadas en la comunicación política de la extrema derecha en las elecciones brasileñas de 2022. Considerando el papel estratégico de las plataformas en el ecossistema de desinformación, recopilamos y analizamos 80 piezas de contenido en diferentes formatos que circularon en grupos de apoyo a Bolsonaro en la aplicación de mensajería durante la segunda vuelta desde la base del Monitor de Telegram del proyecto “Elecciones sin Fake”. Identificamos un total de 24 temas en el contenido con mayor participación, siendo la narrativa de fraude electoral la principal narrativa, presente en el 18% del total. Sin políticas efectivas, Telegram facilitó la difusión de estas narrativas en el proceso electoral.

Palabras clave: Desinformación. Telegram. Elecciones. Comunicación política. Brasil.

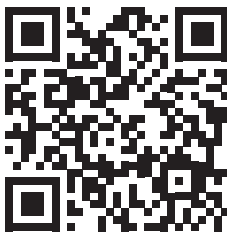
Anna **BENTES**

Doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduada em Psicologia pela mesma instituição. Professora e Coordenadora Adjunta de Graduação na Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getulio Vargas (FGV-ECMI). É membro do conselho da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). Atualmente, é Fellow da Derechos Digitales e colunista do Terra Byte, onde fala sobre temas relacionados a tecnologia e comportamento.

Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: annabentes@gmail.com

ORCID



Introdução

Nos últimos anos, observou-se no cenário global o uso progressivo de plataformas e de redes digitais para mediar a comunicação política durante a gestão de governos e de campanhas eleitorais, o que impactou significativamente as democracias ocidentais (ZUBOFF, 2020). No Brasil, um marco para a instrumentalização da desinformação como estratégia de comunicação política foram as eleições presidenciais em 2018 (DOURADO, 2021; CESARINO, 2022), pegando de surpresa as autoridades e os eleitores. Ainda que em 2022 a desinformação não fosse mais uma novidade, ela seguiu como uma marca na dinâmica comunicacional do último pleito.

De acordo com declarações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a veículos de imprensa (BLANCO, 2022), desde o início do período eleitoral, em 16 de agosto de 2022, até um pouco antes do fim do segundo turno houve um aumento de 1.671% no volume de denúncias de desinformação encaminhadas às plataformas digitais em comparação com as eleições de 2020. Mesmo após o fim do pleito, a desinformação continuou circulando em redes sociais e em manifestações de apoiadores de Bolsonaro que questionavam o resultado eleitoral (GUERRA, 2022) até culminar nos graves ataques antidemocráticos ocorridos em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

Se as eleições brasileiras de 2018 tiveram o protagonismo do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp para disparos em massa de desinformação (EVANGELISTA; BRUNO, 2019; MELLO, 2020), em 2022, as eleições foram fortemente marcadas pelos efeitos de um ecossistema de desinformação multiplataforma consolidado ao longo dos últimos anos. Durante o mandato de Bolsonaro, seu governo consolidou uma infraestrutura de comunicação digital permanente com seus apoiadores ligados à extrema-direita, incluindo redes sociais e aplicativos de mensageria em uma distribuição *cross-platform*, levando à difusão de *fake news*, discursos de ódio e incitação à radicalização política (CESARINO, 2022; MELLO, 2020).

Segundo o *High Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation* (EUROPEAN COMMISSION, 2018), vinculado à Comissão Europeia, a desinformação envolve informações falsas, imprecisas ou enganosas elaboradas, apresentadas e promovidas para intencionalmente causar dano público ou gerar lucro. Na dinâmica comunicacional multiplataforma, as informações, inclusive as falsas, circulam simultaneamente em diferentes ambientes e com variações de formato, disseminam-se ao mesmo tempo de maneira espontânea e coordenada, envolvendo um amplo e heterogêneo ecossistema de atores, ambientes, conteúdos e consumidores. Por um lado, os circuitos desse ecossistema envolvem uma indústria centralizada e coordenada (MELLO, 2020) que financia, produz e dissemina informações intencionalmente falsas nas diversas plataformas para causar danos (WARDLE, 2020). Por outro, os fluxos da desinformação também contam com o engajamento espontâneo de usuários que contribuem para viralizar determinados conteúdos.

À vista disso, é preciso compreender a desinformação¹ como um fenômeno sociotécnico e tecnopolítico complexo e multifacetado, envolvendo a produção e a circulação de conteúdos total ou parcialmente falsos e/ou descontextualizados por diferentes atores e com objetivos diversos, que promovem o caos informacional. Trata-se de um fenômeno em múltiplos formatos (DOURADO, 2021) que é inseparável das atuais arquitetura e infraestrutura de circulação de informação e de comunicação digital multiplataforma (CESARINO, 2022), assim como do modelo de negócios de empresas de tecnologia baseado no engajamento dos usuários em um contexto do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2020) e da economia da atenção (BENTES, 2021; EMPOLI, 2020). Deste modo, a desinformação é instrumentalizada em um ecossistema que se utiliza de técnicas de propaganda participativa (REGATTIERI, 2021) e em rede (BRITO CRUZ, 2020) em plataformas digitais.

¹ Apesar de atentos às importantes diferenças conceituais entre os termos como *fake news*, desinformação (*disinformation*), mal-informação (*malinformation*) e *misinformation* (COSTA, 2023; TSE, 2022; WARDLE, 2020), no escopo deste trabalho optamos por caracterizar enquanto conteúdo desinformativo independentemente da intencionalidade do agente que o propaga.

Apesar do caráter multiplataforma da desinformação no pleito de 2022 (BENTES, 2023), uma plataforma acabou preocupando mais as autoridades e a sociedade civil: o Telegram. O aplicativo de mensageria chegou ao país em 2013, mas começou a se popularizar a partir de 2015, após os bloqueios do WhatsApp pela Justiça ocorridos em 2015 e 2016 (WHATSAPP..., 2022). Outros fatos nos cenários políticos local e global ajudaram a consolidá-lo como uma plataforma relevante para a comunicação política, especialmente da extrema-direita – como o episódio da invasão do Capitólio no dia 6 de janeiro de 2021 nos Estados Unidos, que desencadeou medidas para um controle maior das grandes plataformas (NASCIMENTO *et al.*, 2022). Assim, iniciou-se um processo de desplataformização (ROGERS, 2020), ou seja, de bloqueio ou suspensão de contas de perfis de políticos como Donald Trump e de usuários por medidas de moderação de conteúdos em grandes plataformas de redes sociais. Como efeito colateral, houve uma migração significativa desses usuários para outras plataformas com menos controle, moderação e fiscalização da opinião pública, como o Telegram.

No Brasil, a migração do público de extrema-direita acontece de forma mais intensa a partir de janeiro de 2021, quando Bolsonaro cria seu canal oficial no aplicativo e incentiva seus apoiadores a acompanharem seus conteúdos por lá. Ao se consolidar como uma das principais plataformas de comunicação da extrema-direita brasileira, o Telegram foi assumindo um papel cada vez mais relevante na comunicação digital no país e, por sua vez, no ecossistema de desinformação. Diferentemente do WhatsApp, o aplicativo traz uma arquitetura híbrida, que combina características de plataformas de redes sociais com as de mensageria, permitindo tanto uma comunicação privada, em mensagens individuais ou em grupos fechados, quanto uma comunicação mais ampla, em grupos públicos ou em canais de transmissão que não possuem limite máximo de usuários inscritos. Ele funciona também como fonte de informação a partir de mecanismos de busca, do uso de *hashtags*, de menções, entre outras funcionalidades (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

Este artigo deriva de um projeto de pesquisa que investigou os desafios e as especificidades do ecossistema de desinformação nas eleições brasileiras de 2022 no Brasil a partir de discussões sobre regulação, plataformas e direitos digitais na comunicação política. Aqui, apresentamos os resultados de um dos eixos da pesquisa que, ao considerar o papel estratégico do Telegram nesse contexto tecnopolítico, visou identificar quais foram as narrativas de desinformação predominantes nos grupos de extrema-direita no aplicativo nas eleições de 2022. Para tanto, analisamos uma amostra de conteúdos de maior engajamento que circularam no aplicativo em grupos de extrema-direita durante o segundo turno, com o objetivo de compreender os principais temas, alvos e as narrativas mobilizadas.

Para nossa análise, realizamos uma coleta dos 80 conteúdos que mais circularam no Telegram utilizando a plataforma Eleições sem Fake, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).² Entendendo que o Telegram teve um papel relevante para a extrema-direita brasileira, nossa análise permitirá aprofundar alguns aspectos acerca dos fatos que aconteceram durante o segundo turno das eleições de 2022 e as narrativas de desinformação na dinâmica comunicacional. Nos próximos tópicos, abordaremos o papel do Telegram no ecossistema multiplataforma brasileiro, bem como apresentaremos a metodologia da coleta e os resultados da análise.

O papel do Telegram no ecossistema multiplataforma nas eleições brasileiras de 2022

Segundo a avaliação de mais de 100 entidades da sociedade civil no âmbito da Sala de Articulação Contra a Desinformação (SAD), o Telegram foi apontado como a plataforma mais problemática em termos de políticas e de medidas para o enfrentamento à desinformação e outros ilícitos durante o período eleito-

² Disponível em: <<https://www.eleicoes-sem-fake.dcc.ufmg.br/>>. Acesso em: 12 maio 2023.

ral (ABRAJI *et al.*, 2022). Não apenas faltam políticas adequadas à plataforma (BORGES; BRITO CRUZ; CINTRA, 2023) como a empresa traçou um caminho errático no diálogo com a Justiça Eleitoral nos últimos anos (CDR, 2022), chegando a quase ter seu serviço suspenso no país algumas vezes.

Enquanto as demais plataformas assinavam memorandos com o TSE voltados para a definição de formas de cooperação interinstitucional no âmbito do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral (PPED), o Telegram passou meses sem sequer responder aos ofícios da Justiça Eleitoral, que já vinha tentando a aproximação com a empresa desde dezembro de 2021 (BARROSO..., 2021). Como a plataforma não possui escritório no Brasil, o então presidente do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso, sugeriu um encontro com algum representante da plataforma para que a empresa colaborasse no âmbito do PPED.

Diante da falta de resposta da empresa após o envio do quinto ofício em março de 2022 (PRESIDENTE..., 2022) e devido ao não atendimento por parte desta a decisões judiciais, em uma decisão inédita e sem precedentes o ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio da plataforma Brasil³ no dia 17 de março de 2022. Baseado no Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014), Moraes argumentou que o ordenamento jurídico brasileiro prevê que as empresas que administram serviços de internet no país atendam a decisões judiciais, fornecendo dados pessoais ou informações que possam contribuir para a identificação do usuário à Justiça, o que não foi feito pela empresa.

A decisão sobre o bloqueio do aplicativo, entretanto, gerou opiniões controversas entre os especialistas. Diante dos riscos para instituições democráticas de uma plataforma que ignora medidas judiciais e não colabora em iniciativas de enfrentamento à desinformação às vésperas das eleições, alguns (como LEFÉVRE, 2022) entendiam que teríamos amparo legal, justificável e legítimo para o bloqueio com base no MCI, ainda que em caráter excepcional, enquanto outros viam a medida como abusiva e desproporcional (como RENÁ, 2022). Contudo, a decisão não durou muito, pois logo após o bloqueio o *Chief Executive Officer* (CEO) do Telegram, Pavel Durov, se pronunciou dizendo que houvera “falha de comunicação” e que iriam atender às demandas da Justiça (SPAGNUOLO, 2022). Ao atender às solicitações da Justiça, Moraes revogou o bloqueio ao aplicativo,⁴ e a empresa indicou um representante legal no Brasil. Depois disso, em 25 de março de 2022, o Telegram assinou o termo de adesão ao PPED (TELEGRAM..., 2022) e, no início de maio, assinou o memorando com medidas para colaboração ao enfrentamento à desinformação no período eleitoral.⁵

Segundo Nascimento *et al.* (2022), a partir de 2019 dois conjuntos acontecimentos históricos complexos afetaram a percepção e o uso do aplicativo. O primeiro se refere à ascensão de governos de Direita ou Extrema-Direita em escala global, e o segundo trata-se da crise sanitária da pandemia do novo coronavírus, acompanhada de uma “infodemia” de proporções igualmente graves. De acordo com Júnior *et al.* (2022), houve um crescimento acelerado do aplicativo tanto em termos de número de usuários quanto de fluxo de mensagens a partir de 2019, o que se intensificando em 2020 e 2021, no período da pandemia. Assim, o Telegram vai assumindo um papel cada vez mais relevante na comunicação digital no país e, por sua vez, no ecossistema de desinformação. Isso se deve não somente pelo aumento da sua popularidade, mas também à sua relevância para a comunicação política de Bolsonaro e seus apoiadores, bem como pelas especificidades de suas *affordances* (CESARINO, 2022) em comparação com as outras plataformas com políticas mais estruturadas e formas de moderação mais ativas.

³ Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2022/03/22E9F20A438519D00020813B06D63C96.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2023.

⁴ Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/DecisaoTelegram20mar.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2023.

⁵ Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/termos-de-cooperacao-plataformas-digitais/mou-telegram.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2023.

Nascimento *et al.* (2022, p. 48) propõem entender os usuários do Telegram enquanto públicos refratados, ou seja, como públicos “formados a partir da mediação estratégica de certos usuários, que aprendem sobre o funcionamento das plataformas para manipular suas *affordances* no sentido de produzir públicos ‘sob o radar’ da Internet de superfície”. À vista disso, por conta da versatilidade de sua arquitetura e funcionalidades, os autores entendem o Telegram como um espaço profícuo para investimento nesse tipo de público, que não se forma de modo separado de públicos dominantes da internet de superfície, mas sim em relações de contraste e de complementaridade com estes. Eles observam nesse público, ainda, a presença de uma espécie de influenciadores invisíveis que chamam de *talkatives*, caracterizando “aqueles usuários com volume e frequência de postagem comparativamente altos, e que raramente ficam muitos dias sem publicar” (NASCIMENTO *et al.*, 2022, p. 43). Esse tipo de usuários teria um papel diferenciado no ecossistema de comunicação política e de desinformação, pois parecem usuários comuns, mas que quando têm seu comportamento observado em escala deixam claro o papel que exercem enquanto disseminadores ou criadores de conteúdos, articulando engajamento em conversa e postagens.

Para aprofundarmos nossa análise sobre as narrativas de desinformação no Telegram, no próximo tópico apresentaremos a metodologia de coleta de dados e os resultados da nossa análise a partir do Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake.

Metodologia a partir do Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake

Criado por pesquisadores da UFMG em 2018, o Eleições sem Fake é um projeto que desenvolve uma série de soluções tecnológicas através de sistemas *web* para monitorar centenas de grupos políticos no WhatsApp e no Telegram, a fim de contribuir com a exposição e a mitigação de campanhas de desinformação. Entre as soluções⁶ apresentadas está o Monitor de Telegram, sistema utilizado no âmbito desta pesquisa.⁷

No momento em que tivemos acesso à interface do Monitor de Telegram, em 31 de janeiro de 2023, o sistema estava monitorando dados de grupos e canais públicos de cerca de 230 grupos de cunho político, a maioria pró-Jair Bolsonaro, entre os quais alguns tinham milhares e até milhões de membros. É importante ressaltar que não sabemos o quanto os dados monitorados são representativos de toda a discussão política que ocorre no Telegram, mas partimos da premissa de que o acesso aos dados do Monitor nos permite observar uma parcela dessa dinâmica comunicacional a partir de um material empírico relevante para a compreensão sobre as narrativas e os fluxos de conteúdo em grupos políticos de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro.

Através da coleta automatizada com um *script* que extrai e estrutura todas as mensagens através da API⁸ do Telegram, a plataforma reúne dados que são agrupados por similaridade, gerando um identificador exclusivo para cada conteúdo e quantificando quantas vezes cada um foi compartilhado pelos usuários. Na interface do Monitor de Telegram, portanto, é possível visualizar os conteúdos mais compartilhados em grupos políticos e canais públicos na plataforma em formato de texto, imagem, áudio e vídeo em um intervalo de tempo selecionado (JÚNIOR *et al.*, 2022). Assim, o Monitor traz a possibilidade de visualizar conteúdos e informações adicionais como o total de compartilhamentos de cada conteúdo, em quantos e quais grupos ele circulou e quantos usuários o compartilharam.

⁶ Além do Monitor de Telegram, o grupo apresenta também o Monitor de WhatsApp e o Monitor de Anúncios no Facebook (projeto Eleições sem Fake).

⁷ Para esta pesquisa, solicitamos o acesso à plataforma, que foi concedido a partir de um *login* próprio.

⁸ API do Telegram está disponível em: <<https://core.telegram.org/api>>. Acesso em: 3 mar. 2023.

Para a definição do nosso *corpus* de análise, realizamos a busca no período do segundo turno (3 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2022), uma vez que, de acordo com dados da imprensa, foi esse o período no qual houve a intensificação das narrativas de desinformação e uma maior polarização política. Assim, coletamos para esta análise os 20 conteúdos mais relevantes de cada tipo de formato entre aqueles mais compartilhados no período, totalizando 80 conteúdos para o *corpus* de pesquisa.

Para filtrar os conteúdos mais relevantes da amostra, aplicamos os seguintes critérios: 1) ser um conteúdo comprovadamente inverídico relacionado às eleições de 2022; 2) fazer menção indireta a alguma narrativa de desinformação no contexto das eleições de 2022 a partir de mapeamento prévio de notícias e das checagens de fato pelo Fato ou Boato⁹ e pela agência de checagem Lupa¹⁰ no mesmo período. Nesse caso, incluímos conteúdos dúbios ou que insinuassem hipóteses ou teorias conspiratórias, mas que não necessariamente explicitem narrativas falsas; 3) ser um conteúdo de propaganda política produzido e/ou enviado pela campanha oficial e apoiadores que estimulasse engajamento e/ou compartilhamento; 4) conteúdos sobre a eleição e/ou fatos relevantes que aconteceram durante as eleições.

No processo de coleta dos 80 conteúdos relevantes, analisamos um total de 297 conteúdos, sendo: 157 mensagens de texto; 80 imagens; 34 vídeos; e 26 áudios. Registramos o *corpus* de 80 conteúdos, sendo 20 de cada formato, eliminando os conteúdos¹¹ que não se encaixavam nos critérios de relevância da pesquisa. É preciso considerar que o escopo de nossa amostra é limitado, mas, levando em conta a relevância do período e da plataforma, ela pode nos dar uma ideia geral e algumas pistas sobre as narrativas e os conteúdos de desinformação circulando neste momento.

Análise dos dados e resultados sobre as narrativas de desinformação no Telegram

Na primeira etapa da nossa análise, buscamos identificar os alvos centrais dos conteúdos selecionados, isto é, sobre quem seriam essas narrativas, quais os principais atores mencionados e/ou atacados.¹² Como vemos no gráfico abaixo (Gráfico 1), cerca de 31% dos 80 conteúdos tinham como alvo direto o Partido dos Trabalhadores (PT), Lula ou a Esquerda em geral, e 5% eram ataques indiretos; 22% atacavam diretamente a Justiça Eleitoral, o TSE e seus ministros, pesquisas eleitorais, as urnas e o processo eleitoral como um todo e 5% eram ataques indiretos ao TSE; 18% tinham como alvo o próprio Bolsonaro, os bolsonaristas e/ou a Extrema-Direita de modo geral. Além disso, identificamos ataques à mídia tradicional, e outros ligados a teorias conspiratórias direcionadas à nova ordem mundial ou ao globalismo, como veremos em mais detalhes adiante.

⁹ Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

¹⁰ Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

¹¹ Sobre os conteúdos que não entraram no *corpus* deste trabalho, retiramos mensagens que pareciam spam, mensagens em outros idiomas ou que não tinham nenhuma relação com o tema das eleições ou da desinformação.

¹² É preciso destacar que, em alguns conteúdos, principalmente no formato de áudio, por vezes identificamos mais de um alvo, o que foi incluído no total de cada um dos atores identificados no gráfico dos alvos (Gráfico 1).

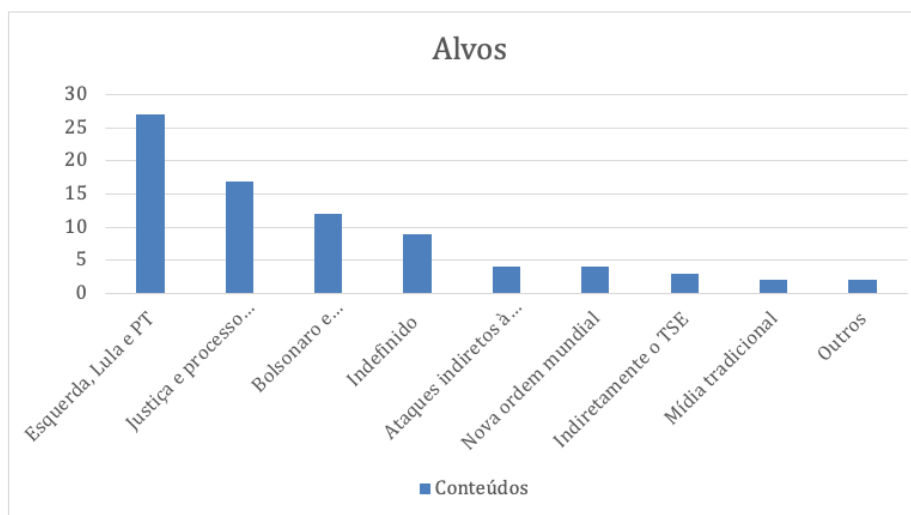


Gráfico 1: Alvos dos conteúdos

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake.

A respeito dos conteúdos que tinham como alvo Bolsonaro, bolsonaristas ou a extrema-direita, é preciso destacar que, em sua maioria, eram conteúdos que visavam “desmentir” o que seriam supostas narrativas falsas de outros atores políticos sobre este grupo. Ou seja, em grande parte não eram conteúdos propriamente contra esse grupo, mas que, sim, buscavam dar a versão dele sobre determinados fatos ou narrativas. Nesse sentido, tais conteúdos podem ser caracterizados como contranarrativas do público apoiador de Bolsonaro em relação aos discursos da oposição, da Justiça Eleitoral ou da mídia tradicional. Chama atenção que este tipo de contranarrativa parece ter sido uma resposta à mobilização maior da oposição à Bolsonaro nas redes (CAMPO..., 2022), obrigando a Extrema-Direita a se articular para desmentir ou mesmo explicar certas pautas aos seus apoiadores. Entre esse tipo de conteúdo, identificamos, por exemplo, 4 vídeos nos quais o ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, respondia a eleitores sobre supostos discursos falsos que seriam temas-chave da campanha do ex-presidente, como o salário-mínimo, a redução de pensões, o Auxílio Brasil e o crescimento econômico do Brasil.

Dos 14 conteúdos que tinham Bolsonaro e seus apoiadores como principais alvos, apenas um constituiu de fato um ataque a Bolsonaro, sendo uma imagem que o caracteriza como o líder nazista Adolf Hitler. Encontramos também um áudio de ataque ao ex-presidente, mas é possível identificar nele um tom de ironia, quando uma voz masculina parece falar mal, mas, na verdade, faz elogios às realizações de Bolsonaro. Ainda, entre esses conteúdos, identificamos dois áudios nos quais apoiadores de Bolsonaro criticam outros eleitores bolsonaristas por exaltarem o discurso da fraude, sinalizando que isso não ajudaria a virar votos e enfatizando que seu inimigo seria a abstenção.

Estão sistematizados no Gráfico 2 os 24 principais temas identificados nesses conteúdos. Claro que é importante frisar que, por vezes, mais de um tema é citado por conteúdo, especialmente quando se trata de textos, áudios e vídeos, mas, em uma análise qualitativa, consideramos o tema com mais ênfase no respectivo conteúdo em relação àqueles que mostravam um padrão de repetição. A partir da identificação dos temas, buscaremos, a seguir, aprofundar as principais narrativas presentes nos conteúdos relacionados às temáticas.

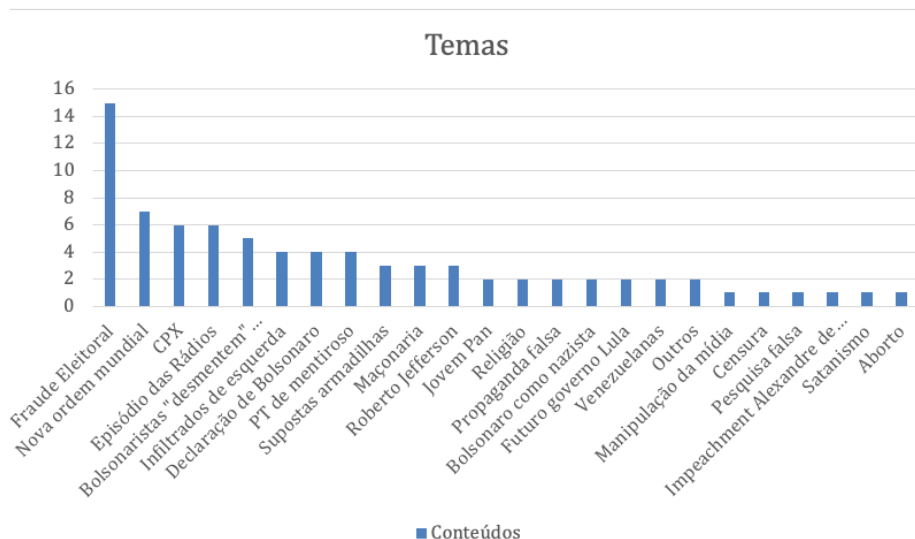


Gráfico 2: Temas com mais engajamento no segundo turno no Telegram

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake.

De imediato, chama atenção como o tema da fraude eleitoral, do ataque às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral é, de longe, o que mais aparece nos conteúdos analisados, sendo presente em 18% do total. Entre esse tipo de conteúdo, observamos narrativas defendendo o voto impresso, outras afirmando que mortos votaram em Lula, insinuando uma fraude na contagem, um vídeo alegando fraude no aplicativo Pardal de denúncia do TSE e diversos áudios alegando fraude e incentivando mobilização de apoiadores de Bolsonaro à paralisação e/ou a intervenção militar. Outro exemplo encontrado foi um vídeo da deputada Carla Zambelli, apoiadora de Bolsonaro, no qual ela afirma que a Rede Globo teria errado na apuração antecipada dos votos a favor da esquerda. Entre as imagens, encontramos pesquisas mostrando Bolsonaro à frente de Lula (Figura 1), ao contrário do que a maioria das pesquisas de intenção de voto mostravam até então (AVRITZER; SANTANA; BRAGATTO, 2023). Vale ressaltar que, por exemplo, o tema sobre o episódio das rádios e o sobre as pesquisas eleitorais falsas, ainda que tenham sido categorizados como temas à parte, também reforçam a narrativa de fraude eleitoral.



Figura 1: Imagem de pesquisa eleitoral mostrando Bolsonaro à frente de Lula

Fonte: Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake.

Identificamos, também, pelo menos 7 conteúdos com cunho conspiratório, abordando teorias sabidamente inverídicas. Para classificar esse tipo de conteúdo, tomamos como base a definição de Paulo Faltay (2021, p. 82) do termo “teoria da conspiração” como aquilo que

[...] nomeia crenças ou narrativas explicativas que buscam compreender eventos significativos a partir de ações intencionais de grupos de pessoas ou organizações. Com grande poder e capacidade de influência em diversas áreas – Estado, mídia, universidades, mercado –, o complô de conspiradores se organiza secretamente para atingir objetivos determinados. Usualmente, a tarefa dos conspiradores é, além de atingir sua meta, ocultar a natureza do evento, a intencionalidade dos acontecimentos e as potenciais consequências nocivas de seus propósitos.

Alguns poderiam argumentar que a própria narrativa das urnas consiste em uma teoria conspiratória, contudo, dada a relevância e a especificidade do tema no pleito de 2022, optamos por mantê-los como temas separados em nossa análise. Assim, classificamos como conspiratórios aqueles conteúdos que expressamente mencionam teorias da conspiração, por exemplo, a respeito do globalismo, a nova ordem mundial, uma ameaça comunista ou outras narrativas falsas. Nos áudios, ficou bem mais evidente o tom e as teorias conspiratórias, sendo 4 dos 7 conteúdos desse tipo nesse formato. A seguir, um trecho de um texto classificado como conspiratório.

A MAIORIA DAS MULHERES DESSE PAÍS, SÃO INTELIGENTES, RACIONAIS E BOLSONARISTAS, A MULHER RACIONAL, SABE QUE EXISTE UMA AGENDA DA ONU 2030, E BOLSONARO JUNTO COM PUTIN, SÃO OS ÚNICOS CONTRA O GLOBALISMO, POIS BOICOTARAM TRUMP. MULHERES BONITAS DE “DIREITA” PARABÉNS!!! BOLSONARO 2022 VITÓRIA NO 2T [sic]. (AUTORIA DESCONHECIDA, 2022, [s.p.], grifo nosso).¹³

Outros temas que apareceram refletem acontecimentos durante as eleições e que repercutiram nas mídias sociais, como o episódio da visita do então candidato Lula ao Complexo do Alemão, conjunto de favelas no Rio de Janeiro, no dia 12 de outubro de 2022. Na ocasião, Lula usou um boné com a sigla CPX, que é uma abreviação da palavra “complexo”. Na amostra, identificamos 6 conteúdos sobre esse tema que visavam reforçar a narrativa falsa de que a sigla estaria associada à criminalidade, defendendo uma suposta aliança de Lula e do PT com bandidos.



Figura 2: Imagem associando a sigla CPX a facções criminosas

Fonte: Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake.

¹³ Texto coletado no levantamento a partir do Monitor de Telegram do projeto Eleições sem Fake.

Entre os temas mais citados está, ainda, o episódio das rádios, que aconteceu durante o segundo turno. Segundo o artigo 52 da Resolução n. 23.610/2019 (TSE, 2019), emissoras de rádios e TV devem reservar 70 minutos diários para o horário de propaganda eleitoral gratuito. No dia 24 de outubro de 2022, assessores de Bolsonaro entraram com uma ação no TSE alegando que rádios das regiões Norte e Nordeste teriam deixado de transmitir inserções do candidato, e que isso teria beneficiado Lula (POMBO, 2022). Por falta de indício mínimo de prova, o ministro Alexandre de Moraes arquivou a ação, ressaltando que a fiscalização do cumprimento da veiculação é responsabilidade dos próprios candidatos, partidos, coligações e federações ou do Ministério Público Federal (MPF), e não do TSE. Enfatizou, ainda, que a campanha de Bolsonaro poderia ser responsabilizada por tumultuar o processo eleitoral ao insinuar fraude sem provas (CAMPANHA..., 2022).

Mesmo após o arquivamento, a campanha de Bolsonaro entrou com uma nova ação, e depois disso vieram a público notícias de que as inserções em algumas rádios não tinham sido vinculadas porque a própria campanha de Bolsonaro não havia enviado os conteúdos a tempo (NUNES; SOARES, 2022). Nos conteúdos sobre essa temática, identificamos duas principais narrativas: a primeira, reforçando a alegação de fraude eleitoral feita pela campanha de Bolsonaro; a segunda envolvia acusações ao TSE pela demissão de um servidor, que trabalhava no setor de propaganda eleitoral das rádios. Esse fato foi apropriado pela narrativa bolsonarista como uma suposta evidência a fortalecer o discurso de fraude eleitoral a partir do episódio das rádios (BONIN, 2022). Por exemplo, um dos conteúdos sobre o tema afirma:

TSE acaba de soltar uma nota e muda a versão sobre o motivo da demissão do servidor responsável pelo pool de mídia das campanhas eleitorais e por denunciar [sic] a fraude contra a candidatura do Presidente Jair Bolsonaro. A situação se agrava, estão tentando esconder o maior crime eleitoral da história (AUTORIA DESCONHECIDA, 2022, [s.p.]).

Outros dois temas que apareceram com frequência nos conteúdos são sobre supostos infiltrados de esquerda em grupos de direita, assim como supostas armadilhas da esquerda, como disparos de *fake news*. “Armadilhas serão lançadas”, mostra a imagem do print de um tuíte. Esses conteúdos nos revelam uma narrativa paranoide (FALTAY, 2021) dos grupos de extrema-direita, reforçando uma lógica entre amigo-inimigo (CESARINO, 2022). A recorrência desse tipo de narrativa nos indica um alto grau de coesão discursivo-comportamental entre os grupos de extrema-direita. Em outras palavras, todos aqueles que fugirem ao padrão da narrativa podem gerar desconfiança ou ser considerados como inimigos infiltrados. Reforçando as narrativas calcadas na lógica amigo-inimigo e a coesão grupal, identificamos também declarações em texto e em vídeo de Bolsonaro estimulando o engajamento de sua base de apoiadores, angariando apoio de influenciadores digitais e atacando institutos de pesquisa. Outros conteúdos com diferentes temáticas também reforçam a narrativa do engajamento com estímulos a compartilhar conteúdos e a utilizar o Telegram.

Mais um tema relevante no ecossistema da desinformação dessas eleições foi o da religião. Como mostrado em investigações jornalísticas (BARCHINI; BRUZZI, 2022), as igrejas – especialmente as evangélicas – se tornaram espaços físicos de difusão de desinformação, reverberando narrativas que circulavam nas redes. Por exemplo, a narrativa de que Lula fecharia as igrejas foi disseminada por bolsonaristas na pauta da religião (LICHOTTI, 2022). Embora esse tema não tenha sido tão expressivo em nossa amostra, identificamos, por exemplo, um vídeo com uma tarja escrito “Atenção, Cristãos! O PT já está nos perseguindo”, no qual um pastor alega que Lula estava perseguindo os cristãos por causa de uma ação de sua campanha contra a colocação de uma bandeira do Brasil gigante no templo central da Assembleia de Deus em Belém, no Pará.

Relacionada ao tema da religião, a questão da Maçonaria¹⁴ também apareceu em três dos conteúdos analisados. Logo depois do primeiro turno, circulou nas redes sociais um vídeo de Bolsonaro fazendo um discurso em um templo maçom (ELEIÇÕES..., 2022). Os conteúdos que reunimos sobre o tema defendiam

¹⁴ Historicamente, a maçonaria envolve um grupo secreto que discutia temas proibidos e com atividades altamente ritualizadas, mas, na opinião pública, se tornou um tema misterioso e intrigante na política brasileira.

a narrativa de que Bolsonaro não possuía qualquer vínculo com a Maçonaria. Identificamos a declaração em vídeo e em texto de José Ricardo, grão-mestre da loja maçônica no Rio de Janeiro, onde teria acontecido a visita de Bolsonaro anos atrás, afirmando que Bolsonaro não era maçom. Outro conteúdo sobre o tema, no entanto, traz a narrativa da oposição, tentando relacionar Bolsonaro à Maçonaria e ao demônio.

Outro tema recorrente foi sobre um dos episódios mais emblemáticos da eleição de 2022, envolvendo a troca de tiros entre o ex-deputado Roberto Jefferson e a Polícia Federal em meados do segundo turno. Desde agosto de 2022 em prisão domiciliar por causa de ataques aos ministros da Suprema Corte e por estar sob investigações sobre sua participação em milícias digitais, Jefferson violou diversas regras de seu regime prisional (EM VÍDEO..., 2022). Depois disso, o ministro Alexandre de Moraes decretou a prisão em flagrante do ex-deputado, que se converteu em preventiva após ele receber a tiros a Polícia Federal em sua residência (TALENTO; GASPARIAN, 2022).

Entre os dados coletados, encontramos 3 conteúdos relacionados a esse episódio, incluindo um texto e um vídeo de uma declaração de Bolsonaro na Record News. A principal narrativa ligada a esse tema foi a de acusação de Jefferson ser bandido e de afirmação de que ele não era aliado de Bolsonaro. “Não existe qualquer ligação minha com Roberto Jefferson”, afirmou Bolsonaro no vídeo, o que foi rapidamente desmentido pela imprensa (APÓS..., 2022). O terceiro conteúdo adiciona a essa narrativa um tom conspiratório, insinuando que o episódio teria sido “um verdadeiro teatro de tesouras arquitetado pelo sistema para forçar Bolsonaro [a] tomar uma atitude e prejudicar sua campanha que já está ganha”, acusando Alexandre de Moraes de estar por trás dessa suposta manobra.

Outro tema identificado na amostra foi a declaração de Bolsonaro sobre meninas venezuelanas. Em uma fala para um *podcast* no segundo turno, ele disse que “pintou um clima” entre ele e meninas venezuelanas menores de idade quando visitava uma comunidade em São Sebastião e se ofereceu para entrar em suas respectivas casas em seguida (PINTOU..., 2022). Ainda na madrugada logo após a declaração, ele fez uma live em suas redes sociais para se explicar e, depois, publicou um vídeo oficial pedindo desculpas aos seus apoiadores.¹⁵ Entre os conteúdos analisados, identificamos o vídeo original de Bolsonaro na comunidade com as venezuelanas e também um texto, que parece ser a legenda do vídeo, cuja narrativa era de que o episódio se tratava de uma mentira da Esquerda que pegou uma “fala mal colocada do presidente para lhe imputar uma *fake news* nojenta”.

Por fim, outro tema que, apesar de não ter sido tão expressivo em nossa amostra, merece destaque por causa da repercussão durante o pleito foi a Jovem Pan, emissora de TV e rádio apoiadora de Bolsonaro. Sobre o tema, encontramos a narrativa de que a emissora teria sido censurada pelo TSE, relacionada à decisão da Justiça Eleitoral definindo que ela concedesse o direito de resposta a Lula sobre a situação judicial do petista, e, ainda, determinando que os seus comentaristas deveriam se abster de promover manifestações sobre o tema da decisão (NEVES; BARRETO FILHO, 2022). O segundo conteúdo reforçava a narrativa da fraude eleitoral sobre o caso do servidor demitido do TSE no episódio das rádios a partir de supostas evidências acessadas pela Jovem Pan. Esta não foi a única vez durante o período eleitoral que a emissora gerou polêmicas sobre divulgação de desinformação. Após o episódio do dia 8 de janeiro de 2023, o papel controverso da emissora na disseminação de conteúdo desinformativo a respeito do funcionamento das instituições brasileiras e com potencial para incitar atos antidemocráticos passou a ser investigado pelo MPF.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2h3enl7qDEw>>. Acesso em: 19 maio 2023.

Conclusões

A análise dos dados coletados no Monitor de Telegram nos dão um panorama dos principais temas, alvos e narrativas de desinformação com maior engajamento em grupos bolsonaristas no aplicativo de mensageria durante o segundo turno. No contexto tecnopolítico eleitoral de 2022, as narrativas desinformativas parecem ter se sofisticado em relação às eleições presidenciais anteriores. Em 2018, tivemos exemplos de narrativas falsas baseadas em grandes mentiras, como o famoso kit gay, a mamadeira de piroca, entre outras (DOURADO, 2021). Em 2022, salvo os conteúdos explicitamente conspiratórios, as narrativas da desinformação deixam de ser tão explícitas e caricatas e passam a estar integradas a uma gramática (CESARINO, 2022) continuamente trabalhada em grupos de apoiadores de Bolsonaro ao longo dos anos. Por falta de políticas eficientes para enfrentar a desinformação e pelas características de suas affordances, o Telegram possibilitou um ambiente estratégico para mobilização e difusão de desinformação durante o processo eleitoral.

Após o protagonismo do WhatsApp na difusão de desinformação nas eleições de 2018, a empresa implementou medidas para conter a viralização de conteúdos ou restringir o número de usuários.¹⁶ Já o Telegram, apesar dos alertas de autoridades e especialistas, manteve uma arquitetura que não limita a circulação de conteúdos e não atualizou as políticas de modo a conter o compartilhamento de conteúdos nocivos. Na dinâmica sociotécnica da comunicação política no aplicativo, usuários não sofrem com qualquer tipo de limitação ou controle. Nesse sentido, a arquitetura da plataforma potencializa, em seus grupos e canais, os efeitos de câmaras de eco desinformativas, mesmo sem contar com as bolhas algorítmicas (PARISER, 2012). Da mesma maneira, sua característica sociotécnica dificulta também a ação de autoridades no combate à desinformação eleitoral, já que é difícil rastrear a origem de um conteúdo desinformativo. Essa dificuldade é ainda mais gravada quando não há uma cooperação efetiva dos representantes da empresa ou de uma regulação que imponha obrigações mais rígidas às plataformas no enfrentamento de conteúdos nocivos ou mais transparência na aplicação de suas políticas.

Embora tenhamos identificado 24 diferentes temáticas, chama atenção como a narrativa da fraude eleitoral foi intensamente mobilizada, sendo não apenas o principal tema dessa eleição, como também sendo fomentada indiretamente através de outros temas. Além disso, a Justiça Eleitoral se constituiu como um dos principais alvos nessa narrativa, que não é nova, e há evidências de que seja difundida pelo menos desde 2014 no debate público nas redes sociais (RUEDIGER, 2022). Contudo, ela foi ganhando força desde a eleição em 2018, e mais ainda em 2022. A intensificação do discurso de ataque contra o processo eleitoral por parte de Bolsonaro e seus apoiadores não foi apenas um esforço de comunicação em redes sociais, já que isso passou também por questionamentos feitos pelo exército ao TSE e pelo próprio Bolsonaro em diversos fóruns.

Portanto, em 2022, a narrativa de ataque ao processo eleitoral não foi uma entre outras, mas a principal delas na comunicação política da extrema-direita brasileira no Telegram. Ela aparece de forma praticamente uníssona e homogênea nas diferentes temáticas presentes nos conteúdos com mais engajamento no aplicativo. A difusão intensa dessa narrativa mostra como ela sustenta uma lógica de interpretação de diferentes fatos ocorridos no pleito, principalmente a derrota nas urnas. Com ela, não há possibilidade de fracasso para a figura do líder Bolsonaro, uma vez que seu insucesso seria responsabilidade de seus inimigos e daqueles que conspiram contra ele. Desta maneira, essa narrativa serve para mobilizar emocionalmente e engajar digitalmente, mantendo seus apoiadores politicamente coesos.

¹⁶ Disponível em: <https://faq.whatsapp.com/518562649771533/?locale=pt_BR>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Parte dos conteúdos analisados reverberam narrativas que foram continuamente reforçadas e repetidas ao longo do governo Bolsonaro. Com a narrativa da fraude eleitoral atravessando outros temas de discussão, chama atenção o esforço da extrema-direita em produzir contranarrativas sobre eventos ocorridos durante o período eleitoral divulgados na imprensa, providenciando o que seriam suas próprias versões dos fatos. Em relação à diferença entre os formatos de conteúdo, vale destacar que, em alguns casos, as imagens e os vídeos estão ligados à campanha oficial de Bolsonaro, enquanto os áudios são majoritariamente de apoiadores e revelam um tom bem mais conspiratório.

Embora a desinformação não fosse novidade em 2022, tanto a sua difusão quanto o seu combate foram uma marca dessas eleições. Ademais, o seu potencial danoso para os processos sociais e políticos foi escancarado, e seu enfrentamento se tornou uma questão de preservação do regime democrático e do princípio de igualdade de chances eleitorais. A partir da análise do *corpus*, foi possível aprofundar a compreensão das narrativas de desinformação com maior engajamento no Telegram no segundo turno das eleições de 2022. Ao discutir aspectos da arquitetura, das políticas e da relação da plataforma com a Justiça Eleitoral, aprofundamos também o entendimento sobre o papel do Telegram no ecossistema de desinformação multiplataforma.

Referências

- ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo *et al.* O papel das plataformas digitais na proteção da integridade eleitoral em 2022, Balanço 1, set. 2022. Disponível em: <<https://democraciapedesocorro.com/wp-content/uploads/2022/09/O-PAPEL-DAS-PLATAFORMAS-DIGITAIS-NA-PROTECAO-DA-INTEGRIDADE-ELEITORAL-EM-2022-1.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- ALVES, C. Bolsonaro invade festa de aniversário e mata petista no Paraná. **UOL**, 10 jul. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/07/10/bolsonarista-invade-festa-de-aniversario-mata-petista-e-tambem-e-morto.htm>>. Acesso em: 14 maio 2023.
- APÓS JEFFERSON ATACAR policiais, Bolsonaro diz que não tem nem foto com ex-deputado, apesar de registros no Palácio do Planalto. **G1**, Brasília, 23 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/23/apos-jefferson-atacar-policiais-bolsonaro-diz-que-nao-tem-nem-foto-com-ex-deputado-apesar-de-registros-no-palacio-do-planalto.ghtml>>. Acesso em: 19 maio 2023.
- AVRITZER, L.; SANTANA, E.; BRAGATTO, R. C. (Orgs). **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- BARCHINI, L.; BRUZZI, P. Religião e desinformação no centro da campanha eleitoral. **Revista Piauí**, 19 ago. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/religiao-e-desinformacao-no-centro-da-campanha-eleitoral/>>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BARROSO ENVIA OFÍCIO ao Telegram e pede cooperação no combate à desinformação. **Tribunal Superior Eleitoral Notícias**, 17 dez. 2021 Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Dezembro/barroso-envia-oficio-ao-telegram-e-pede-cooperacao-no-combate-a-desinformacao>>. Acesso em: 15 maio 2023.
- BASHYAKARLA, V. et al. **Political Persuasion: Inside the Influence Industry. How it Works**. Editado por Christy Lange. Berlim: Tactical Tech's Data and Politics, March 2019. Disponível em: <https://cdn.ttc.io/s/ourdataourselves.tacticaltech.org/Personal-Data-Political-Persuasion-How-it-works_print-friendly.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.
- BENTES, A. **Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
- _____. Eleições, direitos digitais e desinformação: desafios e aprendizagens a partir da experiência brasileira em 2022. **Derechos Digitales**, 2023. Disponível em: <<https://www.derechosdigitales.org/wp-content/uploads/DD-Desinfo-2023-PT.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BONIN, R. TSE demite servidor ligado a setor de distribuição de propaganda a rádios. **Veja**, 26 out. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/tse-demite-servidor-ligado-a-pool-de-radios>>. Acesso em: 19 maio 2023.

BORGES, E. (Coord.); BRITO CRUZ, F. E.; CINTRA, A. **Compromisso com a democracia: integridade eleitoral e o Estado Democrático de Direito nas políticas de plataformas digitais.** São Paulo: InternetLab, 2023. (Série Diagnósticos & Recomendações, n. 10).

BRASIL. **Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014:** Marco Civil da Internet. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRITO CRUZ, F. C. **Novo jogo, velhas regras:** democracia e direito na era da nova propaganda política e das fake news. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

CAMPANHA DE BOLSONARO apresenta ao TSE relatório sobre denúncia envolvendo inserções em rádio. **CNN**, Brasília, 25 out. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/campanha-de-bolsonaro-apresenta-ao-tse-relatorio-sobre-denuncia-envolvendo-insercoes-em-radio/>>. Acesso em: 19 maio 2023.

CAMPO DA ESQUERDA cresce e Lula diminui diferença de Bolsonaro em volume de interações nas plataformas. **Sala de Democracia Digital**, 17 out. 2022. Disponível em: <<https://observademocraciadigital.org/posts/campo-da-esquerda-cresce-e-lula-diminui-diferenca-de-bolsonaro-em-volume-de-interacoes-nas-plataformas/>>. Acesso em: 25 out. 2023.

CDR – Coalizão Direitos na Rede. **Enfrentamento a estratégias de desinformação no 2º turno das eleições 2022:** parecer técnico da CDR com sugestões de medidas emergenciais às redes sociais e apps de mensageria. 21 out. 2022. Disponível em: <<https://direitosnarede.org.br/2022/10/21/enfrentamento-a-estrategias-de-desinformacao-no-2-turno/>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

CESARINO, L. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
COSTA, R. V. **Desinformação, regulação das plataformas e direitos digitais.** Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2023.

DOURADO, T. **Fake news:** quando mentiras viram fatos políticos. Porto Alegre: Zouk, 2021.

ELEIÇÕES 2022: O que é a maçonaria e qual sua relação com a política?. **Estadão**, 5 out. 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes-2022-o-que-e-a-maconaria-e-qual-sua-relacao-com-a-politica/>>. Acesso em: 17 maio 2023.

EM VÍDEO, JEFFERSON xinga Cármen Lúcia e chama TSE de “latrina”. **Poder 360**, 20 out. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/em-video-jefferson-xinga-carmen-lucia-e-chama-tse-de-latrina/>>. Acesso em: 19 maio 2023.

EMPOLI, G. D. **Os engenheiros do caos.** São Paulo: Vestígio, 2020.

EUROPEAN COMMISSION. **A Multi-Dimensional Approach to Disinformation:** Report of the Independent High-level Group on Fake News and Online Disinformation. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <<https://data.europa.eu/doi/10.2759/739290>>. Acesso em: 30 out. 2023.

EVANGELISTA, R.; BRUNO, F. WhatsApp and Political Instability in Brazil: Targeted Messages and Political Radicalisation. **Internet Policy Review**, v. 8, n. 4, 2019. DOI: 10.14763/2019.4.1434.

FALTAY, P. **Máquinas paranoides e sujeitos influenciáveis**: conspiração, conhecimento e subjetividade em redes algorítmicas. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2020.

GUERRA, R. Bolsonaristas comemoram notícia falsa sobre prisão de Alexandre de Moraes. **Estadão**, 2 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaristas-comemoram-noticia-falsa-sobre-prisao-de-alexandre-de-moraes-veja-o-video/>> Acesso em: maio 2023.

JÚNIOR, M. et al. Telegram Monitor: Monitoring Brazilian Political Groups and Channels on Telegram. **TheWebConf'22**, Apr. 25-29 2022.

LEFÈVRE, F. A Justiça deve proibir o Telegram no Brasil? SIM. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/03/a-justica-deve-proibir-o-telegram-no-brasil-sim.shtml>>. Acesso em: 15 maio 2023.

LICHOTTI, C. No império das fake news. **Revista Piauí**, ed. 195, dez. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/no-imperio-das-fake-news/>>. Acesso em: 17 maio 2023.

LUPION, B. Em reunião com embaixadores, Bolsonaro questiona urnas e TSE. **DW**, 19 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/em-reuni%C3%A3o-com-embaixadores-bolsonaro-questiona-urnas-e-tse/a-62518117>>. Acesso em: 14 maio 2023.

MELLO, P. C. **A máquina de ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NASCIMENTO, L. et al. Públicos refratados: grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. **Internet & Sociedade**, v. 3, n. 1, ago. 2022.

NEVES, R.; BARRETO FILHO, H. O que o TSE decidiu sobre a Jovem Pan é censura ou combate a fake news?. **UOL**, São Paulo, 21 out. 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/21/decisao-tse-jovem-pan-lula.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

NUNES, V.; SOARES, G. Rádios dizem que não receberam inserções de Bolsonaro. **Poder 360**, 26 out. 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/radios-dizem-que-nao-receberam-insercoes-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 19 maio 2023.

OSORIO, A. R. P. et al. **Programa permanente de enfrentamento à desinformação no âmbito da justiça eleitoral: plano estratégico eleições 2022**. Brasília: TSE, 2022. Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/programa-permanente-de-enfrentamento-a-desinformacao-novo.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PARISER, E. **O filtro invisível**: O que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

“PINTOU UM CLIMA”: fala de Bolsonaro sobre meninas venezuelanas repercute e gera críticas nas redes. **G1**, Brasília, 15 out. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/15/pintou-um-clima-fala-de-bolsonaro-sobre-meninas-venezuelanas-repercute-e-gera-criticas-nas-redes.ghml>>. Acesso em: 19 maio 2023.

POMBO, B. O que é a inserção de propaganda eleitoral nas rádios? Entenda. **Valor Econômico**, Brasília, 27 out. 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/27/o-que-e-a-insercao-de-propaganda-eleitoral-nas-radios-entenda.ghml>>. Acesso em: 19 maio 2023.

PRESIDENTE DO TSE envia novo ofício para diretor-executivo do serviço de mensagens Telegram. **Tribunal Superior Eleitoral Notícias**, 9 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/presidente-do-tse-envia-novo-oficio-para-diretor-executivo-do-servico-de-mensagens-telegram>>. Acesso em: 15 maio 2023.

PURZ, M. WhatsApp no Brasil: números atuais e as oportunidades comerciais do app. **Sinch Engage**, 30 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.messengerpeople.com/pt-br/whatsapp-no-brasil/>>. Acesso em: 18 dez. 2023.

REGATTIERI, L. L. **Algoritmização da vida**: o debate sobre Amazônia e incêndios florestais no Twitter em 2020. 2021. 408 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RENÁ, P. A Justiça deve proibir o Telegram no Brasil? NÃO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/03/a-justica-deve-proibir-o-telegram-no-brasil-nao.shtml>>. Acesso em: 15 maio 2023.

ROGERS, R. Deplatforming: Following Extreme Internet Celebrities to Telegram and Alternative Social Media. **European Journal of Communication**, v. 35, n. 3, p. 213-229, 2020.

RUEDIGER, M. A. (Coord.). **Desinformação on-line e contestação das eleições**: quinze meses de postagens sobre fraude nas urnas eletrônicas e voto impresso auditável no Facebook. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2022.

SPAGNUOLO, S. Ponto a ponto das respostas do Telegram ao STF. **Núcleo**, 21 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.nucleo.jor.br/curtas/2022-03-21-pontos-telegram-resposta-stf/>>. Acesso em: 15 maio 2023.

TALENTO, A.; GASPARIAN, L. Moraes manda prender Roberto Jefferson, que resiste com tiros e granadas à prisão; ministro da Justiça negocia rendição. **O Globo**, 23 out. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/roberto-jefferson-diz-ter-trocado-tiros-com-policiais-federais-que-foram-prende-lo-em-sua-casa.ghml>>. Acesso em: 26 out. 2023.

TELEGRAM ASSINA ADESÃO ao Programa de Enfrentamento à Desinformação do TSE. **Tribunal Superior Eleitoral Notícias**, 25 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/telegram-assina-adesao-ao-programa-de-enfrentamento-a-desinformacao-do-tse>>. Acesso em: 15 maio 2023.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Resolução n. 23.610, de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Brasília: TSE, 2019a.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Programa permanente de enfrentamento à desinformação no âmbito da justiça eleitoral: plano estratégico eleições 2022. Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/desinformacao/arquivos/programa-permanente-de-enfrentamento-a-desinformacao-novo.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2023.

WARDLE, C. **Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional**. Editado por Alastair Reid e Victoria Kwan. Tradução de Global Lingo. 2. ed. 19 jan. 2020. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x75440>. Acesso em: 7 nov. 2022.

WHATSAPP JÁ FOI bloqueado por decisão judicial em 2015 e 2016 no Brasil. **G1**, Brasília, 18 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/18/whatsapp-ja-foi-bloqueado-por-decisao-judicial-em-2015-e-2016-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 30 out. 2023.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder. Intrínseca: 2020.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

O artigo é resultado do projeto de pesquisa “O ecossistema de desinformação nas eleições brasileiras de 2022: tecnopolíticas, comunicação e direitos digitais”.

Fontes de financiamento

Esta publicação foi realizada com apoio da Derechos Digitales por meio de seu Programa de Fellowships. A Derechos Digitales é uma organização independente e sem fins lucrativos fundada em 2005, cuja missão é a defesa, a promoção e o desenvolvimento dos direitos fundamentais nos ambientes digitais na América Latina.

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

Não se aplica.

Agradecimentos/Contribuições adicionais:

Agradeço à Derechos Digitales, representada por Jamila Venturini e Michel de Souza, pelo apoio à pesquisa; e ao projeto Eleições sem Fake, coordenado pelo professor Fabrício Benevenuto (UFMG), pelo acesso à plataforma do Monitor de Telegram.